

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
23/10/2019

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, na sala de reuniões do Curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas, com a presença dos seguintes membros: Fabiana de Cássia de Araújo Silva, Acúrcio Castelo David, Rodrigo Coelho, Paulo Éverton Mota Simões, Lucas Muniz, Vanessa, Representante do NAE (Núcleo de Assistência Estudantil), Renato Luis Pinto Miranda (Coordenador) e Maria Amelia Jundurian Corá (Vice-coordenadora), deu-se início a reunião do Colegiado do Curso de Administração Pública. O Coordenador iniciou a reunião abrindo votação para decidir a inversão de pauta, tendo em vista que a presença da Representante do NAE estava relacionada aos últimos pontos a serem tratados. Como todos votaram a favor, o Coordenador informou que, no dia 15.10.2019, foi procurado pelo aluno Márcio Santos Filho, estudante do segundo período, cadeirante, portador de deficiência e que o mesmo se queixou de estar se sentindo excluído por um professor do curso e, ao final da conversa, disse também se sentir mal acolhido por alguns colegas da turma. O Coordenador informou que conversou com o aluno e o tranquilizou, mostrando a posição do curso e da Universidade a respeito do assunto, garantindo que o tema seria tratado na reunião da semana seguinte, a fim de que fossem debatidas medidas de orientação e iniciativas educativas para garantir maior acessibilidade e inclusão no campus. Disse que, após a reunião que estaria por vir, voltariam a conversar, já de posse das medidas pedagógicas debatidas pelo curso. Antes que a reunião viesse a ocorrer, logo no final da mesma semana, os pais do aluno foram às redes sociais da cidade de Arapiraca e denunciaram que seu filho vinha sofrendo exclusão no curso de Administração Pública da UFAL. O Coordenador informou que entrou em contato com os pais do aluno, tranquilizando a família ao dizer que as medidas de orientação já vinham sendo tomadas e convidando os mesmos para virem à universidade na data que preferissem. Por telefone, a mãe do aluno se mostrou grata com a atenção dada e agendaram um dia para a visita. O Coordenador, em seguida, entrou em contato com o NAE que disponibilizou uma psicóloga para acompanhar o estudante. Informou que, na conversa com o aluno, perguntou o que concretamente o levara a se sentir excluído. O estudante disse que o professor Lucas teria feito colocações em sala de aula dizendo que “tem alunos que caíram aqui de paraquedas” e “muitos alunos têm que voltar para fazer o ENEM, pois não conseguirão seguir no curso”. O aluno informou que o professor não falou diretamente para ele e sim para a turma, porém se sentiu atingido por ser deficiente e cotista. Procurando equacionar a situação, a questão foi trazida à reunião, a fim de que o professor Lucas pudesse se colocar e assim, coletivamente, os professores buscassem a melhor solução pedagógica para questão. O Coordenador elencou algumas sugestões sobre o tema: elaboração de uma campanha de conscientização inclusiva no *Campus*; acionamento dos profissionais especializados, NAE e Pró-Reitoria Estudantil; redação de uma nota dos professores do curso em defesa da inclusão universitária; sensibilização dos professores que dão aula no segundo período do curso; sugestão para os docentes abordarem o tema da inclusão com conteúdos concretos em suas disciplinas de Política de Acessibilidade e Política de Inclusão Social na Administração Pública; diálogo com a turma do segundo período; integração do movimento estudantil no tema da inclusão, em seguida deixou aberto para o Colegiado se manifestar sobre o assunto. O professor Lucas relatou que sempre faz discursos em sala de aula de forma geral, sem especificar ninguém, e que no contexto no qual o aluno Márcio citou as colocações ele argumentava o fato de muitos alunos estarem no curso de Administração Pública pela nota atingida no ENEM e não por opção inicial. Relatou também que há uma exigência básica e uma grande dificuldade por parte dos alunos nas disciplinas de Matemática e Estatística nos cursos da UFAL, e que em alguns momentos tenta “impactar”, “dar um choque” nos alunos para que se dediquem mais e tenham mais responsabilidade com a Universidade. O professor informou que mantém uma relação de amizade com o aluno Márcio, mas que em nenhum momento ele se manifestou a respeito da situação. O Coordenador mencionou o fato de que outros professores do curso manifestaram não terem sido capacitados para lidar com alunos com deficiência e que estão aprendendo na prática, colaborando com os mesmos. Mencionou-se que uma política de “choque” aplicada no curso poderia ter impactos na evasão escolar, sendo lembrado que, hoje, no curso de Administração Pública, algumas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

das turmas mais recentes possuem bem menos alunos do que as turmas mais antigas, algo bastante incomum na Universidade. A Vice-coordenadora comentou que o curso de Administração, o qual ela é Coordenadora, é o que possui o menor índice de evasão do *Campus* e que, assim como em Administração Pública, a maioria dos alunos das turmas iniciais não tinham o curso como primeira opção no ENEM, porém são adotados com um discurso e uma política de acolhimento. Em seguida, alguns professores expuseram suas opiniões e vivências em sala de aula, concluindo pela necessidade de maior reflexão sobre as posturas em sala de aula. O Coordenador se comprometeu a buscar junto à Universidade o retorno das avaliações docentes, a fim de se poder identificar melhor as causas e efeitos da questão. Logo após, a servidora Vanessa se apresentou e fez um breve relato de sua trajetória na Ufal, onde desempenha a função de Intérprete de Libras e atua também junto ao NAC (Núcleo de Acessibilidade) que é uma ramificação do NAE. Vanessa, que possui formação em Psicologia, pontuou que são raros os casos de alunos com alguma deficiência que conseguem alcançar o ensino superior, tendo em vista as diversas dificuldades encontradas no ensino básico e o discurso de exclusão ao qual são vinculados, o que pode ter sido, talvez, o motivo para o aluno ter se sentido excluído na Universidade. Informou que o NAE do *Campus* possui duas Assistentes Sociais e uma Psicopedagoga, a Psicóloga existente é vinculada ao *Campus* para atendimento de estudantes e servidores, mas devido à demanda está atendendo somente estudantes. Após discutirem o tema, foi realizada votação e todos aprovaram as sugestões de medidas elencadas inicialmente pelo Coordenador. Dando continuidade à pauta, o Coordenador abriu o momento para informes e a Vice-coordenadora informou que estão abertas as inscrições para o XI ENAPEGS, evento que está organizando e que contará com submissão de resumos expandidos, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e relatos de experiências, e que ocorrerá em maio do ano que vem em Maceió. A professora Fabiana informou que pretende ir com a sua turma para um outro evento em João Pessoa – PB, estando pendente a liberação do ônibus pela Ufal. Em seguida, o professor Lucas fez algumas considerações a respeito da Coordenação de Estágio do curso, solicitando uma rotatividade maior no cargo, um espaço físico para atendimento aos alunos e uma orientação aos professores sobre as normas do Estágio. O professor Lucas relatou ter solicitado à CRCA do *Campus* dados sobre a evasão de alunos para a realização de uma pesquisa que seria desenvolvida por seus alunos da disciplina de Estatística, e que essa solicitação foi ponto de pauta de uma das reuniões anteriores do Colegiado, onde ficou definido que caberia ao Colegiado a liberação ou não dos dados. Segundo o professor, houve um grande atraso na liberação dos dados que só foram disponibilizados após uma ligação dele junto ao aluno Kaique, que é membro do Colegiado, para o Coordenador do curso, o que acabou prejudicando os resultados da pesquisa. Na opinião do professor, nessa situação houve uma decisão unilateral da Coordenação e que por essa e por outras questões é preciso haver um Estatuto para o curso. O Coordenador mencionou que, após o envio do e-mail de solicitação do professor Lucas, o mesmo recebeu os dados em cerca de 24 horas. Recuperou os fatos dizendo que foi informado pelo técnico Rodolfo sobre o fato de o professor Lucas estar precisando de dados pessoais de alunos para uma pesquisa. A coordenação disse que os dados seriam devidamente fornecidos, orientando o professor Lucas a fazer uma solicitação por escrito, para fins de registro, fosse por e-mail ou outra forma que achasse melhor, pois tratavam-se de dados pessoais, legalmente protegidos. Relatou também que na última reunião de colegiado, num momento em que se discutia evasão de alunos, mencionou espontaneamente estar em curso uma pesquisa sobre egressos e que, inclusive, estava aguardando o pedido escrito para proceder a liberação das informações pessoais. Tal menção nunca foi ponto de pauta ou foi votada na dita reunião, até por não ser necessária a apreciação do colegiado para tal matéria, tratando-se de um procedimento simples de liberação de informações após chegada da solicitação, o que ainda não havia ocorrido até então. Segundo o Coordenador, a orientação de que a solicitação se fizesse por escrito, e não apenas verbalmente, adveio do fato de se tratarem de informações pessoais e que no histórico recente do Campus, a própria Direção Geral e o NTI já tinham enfrentado problemas por conta de liberação de dados pessoais, tendo que responder a indagações de pessoas que tiveram seus dados transmitidos, segundo elas, sem as devidas precauções. A Vice-coordenadora relatou um caso semelhante ocorrido no curso de Administração em que a professora responsável teve que elaborar uma solicitação especificando o tipo do dado e a finalidade. O Coordenador informou, inclusive, que já

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

existe no Brasil, aprovada e sancionada, a Lei Geral de Proteção de Dados para instituições públicas e privadas que prevê multas pela liberação de informações sem a devida autorização. Informou que o pedido escrito com a finalidade da pesquisa serviria, inclusive, para proteção do próprio professor Lucas, em caso de eventual questionamento por alguns daqueles que tiveram seus dados pessoais transmitidos. O Coordenador relatou que explicou todas essas questões ao professor Lucas durante uma ligação telefônica recebida e que, após a chegada da solicitação por escrito, determinou o fornecimento dos dados em menos de 24 horas, tendo recebido, inclusive, o agradecimento do professor Lucas por e-mail. Ressaltou não entender as razões da inconformidade do professor Lucas, uma vez que foi atendido tão prontamente pela coordenação. Em relação à possível elaboração de um Estatuto e/ou Regimento para o curso, o Colegiado decidiu que cabe ao NDE a discussão e deliberação. Seguindo com a pauta, todos acharam conveniente trazer o ponto NDE para discussão. O Coordenador pontuou que o curso de Administração Pública passou por um período de vários afastamentos de docentes e que no último ano o Colegiado tem contado com o apoio de professores de outros cursos. Registrou que embora os docentes de outros cursos tivessem se mostrado dispostos a contribuir no Colegiado durante o período de afastamento dos colegas, o mesmo não aconteceu com o NDE, uma vez que tal órgão atua sobre conteúdos específicos da área de Administração Pública. Frisou que o NDE do curso vem atuando de maneira concreta, porém não formal, à exemplo da reformulação recente do PPC do curso que contou com a contribuição efetiva de quase todos os professores, mesmo estando afastados para qualificação docente. Alertou para a necessidade urgente em se reconstituir o NDE formalmente, justificando através de documentos que o NDE estava exercendo suas funções mesmo que de maneira informal, tendo em vista as exigências do MEC. Após debaterem o assunto, ficou preestabelecida a seguinte composição do NDE: Leonardo, Lucas, Paulo, Renato e Rodrigo. Em seguida, foi realizada a apresentação formal do professor Rodrigo, o qual fez um breve relato sobre a sua trajetória até o momento e agradeceu pela recepção dos demais colegas. Dando continuidade à pauta, o Coordenador apresentou a solicitação para afastamento para evento do professor Leonardo e todos deliberaram favoráveis ao pleito. Foi pontuado o retorno de afastamento para pós-graduação dos professores Paulo e Fabiana que compõem novamente o quadro de docentes do curso. Ambos relataram um pouco do seu período de afastamento e registraram a importância da oportunidade recebida. Em relação ao resultado do ENADE, o Coordenador relatou que houve um equívoco por parte da Prograd ao informar a nota 2 para o curso, quando na verdade a nota foi 3. Segundo informações, o curso de Administração Pública havia sido confundido pela Pró-Reitoria com o de Turismo, que teve nota 2. Assim, solicitou que os professores reforcem em sala de aula a real nota do curso. O Coordenador informou que alguns alunos foram até ele e questionaram os métodos de ensino utilizados em sala de aula, especialmente no 5º período do semestre passado. Alegaram que só tiveram aula de um professor, pois os demais fizeram uso somente de seminários feitos por alunos. Além de questionar o uso excessivo de seminários, os alunos alegaram aplicação indevida de faltas, ausências em sala de alguns docentes e atrasos na inserção das notas das disciplinas no sistema. Na mesma conversa com os estudantes, o Coordenador os orientou no sentido de compilarem tais demandas numa solicitação única por escrito, preferencialmente em linguagem cautelosa e genérica, reconhecendo a liberdade de cátedra dos docentes, afim de que não pirassem dúvidas sobre tais demandas. A solicitação dos alunos foi lida na íntegra pelo Coordenador, sendo aberta a palavra aos presentes. Após manifestações, foi posto em votação e todos deliberaram favoráveis a que os professores avisem com o máximo de antecedência possível eventuais ausências em sala de aula à Coordenação e ao TAE do curso. O professor Lucas informou que fez uso da metodologia de seminários, mas que a metodologia foi definida em comum acordo com os alunos no primeiro dia de aula. O Colegiado entrou numa ampla discussão sobre a demanda apresentada e decidiu, por unanimidade, estabelecer uma sugestão de "orientação de que, respeitando a liberdade de cátedra dos professores e a diversidade metodológica do curso, preferencialmente, os conteúdos das ementas das disciplinas sejam lecionados diretamente pelo professor, o que não exclui a possibilidade de adoção de métodos alternativos concomitantes". Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às treze horas e quarenta e três minutos.

Renato L. G. L. Aciuna Carlos J. Fabiana de C. M. de Araújo Silva
Mara Amelia J. Corá Paulo Everson Mota Simões